



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

**A TRANSIÇÃO PÓS-SOVIÉTICA DA RÚSSIA: DA INSTABILIDADE À
AFIRMAÇÃO COMO BRIC**

ANA BÁRBARA MONTEIRO FERREIRA

SETEMBRO - 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO DISSERTAÇÃO

**A TRANSIÇÃO PÓS-SOVIÉTICA DA RÚSSIA: DA INSTABILIDADE À
AFIRMAÇÃO COMO BRIC**

ANA BÁRBARA MONTEIRO FERREIRA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM RAMOS SILVA

SETEMBRO - 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que me apoiaram e permitiram o meu sustento moral durante a elaboração desta dissertação, em especial a João Matos, por estar sempre presente apesar da distância;

Ao Professor Doutor Joaquim Ramos Silva, orientador desta dissertação, pelo acompanhamento do trabalho, sugestões e críticas;

A André Lopes, pelo apoio psicológico nas ocasiões mais árduas da elaboração desta dissertação;

E aos meus pais, pelo sustento e apoio no meu percurso académico.

RESUMO

A Transição Pós-Soviética da Rússia – da Instabilidade à Afirmação como BRIC

Ana Bárbara Monteiro Ferreira

Vinte anos decorridos desde a dissolução da União Soviética e a consequente aplicação de políticas de ajustamento estrutural, é importante tentar compreender o processo pelo qual estes países passaram e aquilo que se pode retirar desta experiência, considerada em geral um fracasso da aplicação das políticas do *Washington Consensus*. O caso aqui estudado é o da Rússia, não um caso representativo e paradigmático de uma economia de transição, mas exactamente por isso interessante. Após ter passado por uma grave recessão transicional, trata-se do único dos 15 países que conseguiu recuperar e atingir elevados níveis de crescimento económico. Tendo como objectivo tentar compreender as especificidades que levaram a este trajecto, é nesta dissertação feita uma análise destas duas décadas, com base na abordagem e contraposição dos modelos teóricos de transição – o *Washington Consensus* e a Perspectiva Evolucionária-Institucionalista – e na economia institucional: a implementação das reformas, cujas limitações reforçam a perspectiva institucionalista, e as suas consequências; a crise de 1998, considerada “ponto de viragem”; e o período de recuperação, desde 1999 até à crise actual, destacando-se o contributo e dependência dos recursos energéticos para o forte crescimento mas também para a vulnerabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Rússia, Transições Económicas, Economia Institucional, Instituições

ABSTRACT

Russia's Post-Soviet Transition – from Instability to Becoming a BRIC

Ana Bárbara Monteiro Ferreira

Twenty years after the dissolution of the Soviet Union and the consequent implementation of structural adjustment policies, it is important to understand the process these countries went through and what can be learnt from that experience, usually considered a failure of the Washington Consensus' policies. The case study here presented is that of Russia's, an interesting case for not being representative, or a paradigm, of a transition economy. After going through a serious transitional recession, it became the one out of the 15 countries that was able to recover and achieve high economic growth rates. Aiming to understand the specificities that lead to this path, this dissertation consists in an analysis of these two decades, based on an approach and comparison of the two theoretical transition models – the Washington Consensus and the Evolutionary-Institutionalist Perspective – and on institutional economics: the implementation of the reforms and their shortcomings, strengthening the institutionalist perspective, and their consequences; the 1998 crisis, considered the “turning point”; and the recovery period, from 1999 to the current crisis, highlighting the contribute and dependence on energetic resources for both strong economic growth and vulnerability.

KEYWORDS: Russia, Economic Transitions, Institutional Economics, Institutions

GLOSSÁRIO

BRIC – Brasil, Rússia, Índia, China

CEI – Comunidade de Estados Independentes

FMI – Fundo Monetário Internacional

IED – Investimento Estrangeiro Directo

IFI – Instituição Financeira Internacional

OMC – Organização Mundial do Comércio

Shock-therapy – Terapia de Choque

URSS – União de Repúblicas Socialistas Soviéticas

WB – World Bank (Banco Mundial)

WC – Washington Consensus

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1. Introdução.....	1
2. O <i>Washington Consensus</i> e a Perspectiva Evolucionária-Institucionalista.....	2
2.1. As Instituições.....	4
3. A Transição.....	9
O legado soviético.....	9
As estratégias a seguir e o papel dos “advisors”.....	10
As reformas.....	13
3.1. Análise das Reformas da Primeira Fase.....	17
3.2. O Apoio Ocidental.....	19
3.3. A Crise de 1998.....	20
4. O Pós-Crise.....	22
4.1. A Crise de 2009.....	28
5. Conclusões.....	30
6. Bibliografia.....	33

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da Produção.....	10
Figura 2 – Taxa de Inflação Anual 1993-1999.....	16
Figura 3 – Taxa de Crescimento do PIB.....	21
Figura 4 – Taxa de Câmbio Oficial Rublo/Dólar.....	23
Figura 5 – Exportações por Tipo de Bens.....	25
Figura 6 – Produção de Petróleo (Barril).....	27
Figura 7 – Preço Anual do Barril (Dólares).....	28
Figura 8 – Crescimento do PIB e Preço do Barril (Dólares).....	30

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como propósito estudar os vinte anos decorridos desde a desintegração da URSS e a consequente transição dos seus antigos Estados-membros para economias de mercado: a aplicação de políticas de ajustamento estrutural e as mudanças pelas quais a economia passou desde então. Vinte anos depois, importa compreender o que se pode retirar desta experiência, considerada um fracasso da aplicação das políticas do *Washington Consensus*. Enquanto alguns países conseguiram acompanhar aqueles mais desenvolvidos rapidamente, outros viram-se com taxas de crescimento e níveis de vida baixos. A transição é um processo longo, que compreende várias esferas da actividade económica: instituições são fundamentais para uma transição de sucesso, pois uma economia de mercado não necessita apenas de liberalização e privatizações, pelo que as transições devem ser graduais; a criação de novas instituições deve alicerçar-se em novas organizações, leis, e alteração de comportamentos de várias entidades económicas. Assim, adereçamos não só transições, mas a importância das instituições para o funcionamento da economia.

Só recentemente o papel das instituições foi integrado na economia do desenvolvimento e das transições, sendo a reforma e fortalecimento de instituições áreas pouco investigadas. A experiência das economias de transição é única na história do *institution building*, e a construção de novas instituições para apoiar uma economia de mercado não foi fácil: embora alguns países tenham tido sucesso na implementação das reformas, a maioria falhou devido às fracas instituições. Estas, formais ou informais, são a base de uma economia: direitos de propriedade e contratos são incentivos necessários em transacções entre privados ou entre o sector privado e o governo. Enquanto as economias soviéticas tinham um enquadramento institucional definido, este não permitia a existência de um mercado; assim, para uma transição eficiente era necessária a criação de novas instituições.

Visto tratar-se a ex-URSS de um conjunto de quinze países, foi escolhida a Rússia, pela experiência peculiar: um dos países que sofreu mais a abrupta transição para uma economia de mercado, mas também aquele que, após uma grave crise financeira em 1998, apresentou maiores taxas de crescimento, sendo posteriormente enquadrado num grupo de economias de rápido crescimento: os BRIC. Procura-se assim **compreender as especificidades que levaram a Rússia a este trajecto, desde o insucesso das**

reformas, passando por uma crise financeira, à rápida recuperação e crescimento que se seguiram, fazendo do país uma das maiores potências económicas. Não é um caso representativo e paradigmático de uma economia de transição, mas exactamente por isso é interessante o seu estudo.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de artigos e livros referentes tanto a economias de transição (salientando-se Roland, 2000, como base teórica), à importância das instituições para o crescimento económico, e à economia russa dos últimos vinte anos. Para apoiar a bibliografia consultada, houve recurso às bases de dados estatísticas do World Bank e da OPEC.

No capítulo 2, de índole teórica, são abordados e contrapostos os dois modelos teóricos de transição, o *Washington Consensus*, paradigma da altura, e a Perspectiva Evolucionária-Institucionalista, defendida posteriormente; no subcapítulo é sublinhada a importância das instituições.

A análise do caso prático das reformas implementadas na Rússia encontra-se no capítulo 3, sendo os subcapítulos dedicados aos problemas derivados das reformas, ao apoio do Ocidente, e à crise de 1998, entendida como culminar do processo transitório.

No capítulo 4 é avaliado o período pós-crise: os resultados e contributos das reformas para a *performance* finalmente positiva, e o contributo dos recursos energéticos. Num subcapítulo é abordada a actual crise e os seus impactos imediatos.

São, por último, apresentadas as conclusões desta investigação.

2. O *WASHINGTON CONSENSUS* E A PERSPECTIVA EVOLUCIONÁRIA-INSTITUCIONALISTA

Antes da queda do Muro de Berlim não existiam modelos de transição no sentido do conhecimento dos efeitos da liberalização em economias socialistas sem mercados, ou de como os construir. O modelo vigente era o *Washington Consensus* (WC) (Williamson, 1990), que assumiam a existência de uma economia de mercado, não sendo claro como funcionariam na URSS. Eram necessárias alterações ao nível dos mercados, incluindo mercados financeiros e leis de direitos de propriedade (reestruturação e privatização de empresas); a dificuldade que se apresentava aqui era conseguir a complementaridade destas mudanças sem criar perturbações excessivas.

O WC enfatiza os ganhos de eficiência assegurados das reformas, tendo fé na engenharia social. Aproveita janelas de oportunidade para aplicar as reformas o mais rápido possível, criando irreversibilidade, rejeitando reformas parciais por criarem espaço para oposição a reformas futuras. Em vez de aproveitar estruturas institucionais existentes, é defendida a dissolução da estrutura anterior, uma “tábua rasa”, confiando no desenvolvimento espontâneo de mercados, com preços flexíveis e não-intervenção do Estado, que deve ser enfraquecido e diminuído, despolitizando a economia: o apoio procurado é o dos novos grupos de interesse. Embora as instituições não sejam negligenciadas, não predominam, em detrimento da tríade liberalização-estabilização-privatização (esta última a ser aplicada em massa). A rigidez orçamental é política exógena não fundamental. É o tipo de política de ajustamento estrutural conhecido como *shock-therapy*, ou *big-bang* (Roland, 2000).

Quando a liberalização da Rússia não trouxe estabilização, mas queda na produção; quando tanto a teoria como a experiência demonstram que a privatização, importante enquanto instrumento para atingir a eficiência, não levou a qualquer melhoria, tornou-se claro que o WC não estava a adereçar os problemas que se propunha a resolver. Em muitos dos países, políticas do WC levaram a resultados inesperados: a elasticidade orçamental das empresas teve consequências negativas, a privatização em massa levou à apropriação indevida de bens, emergiu crime organizado, aumentaram a dimensão de economias paralelas e a resistência a reformas fiscais.

A transição de um sistema socialista para um sistema de mercado não tinha precedentes históricos, e requeria a reestruturação económica, política, social e legal das instituições, assim como de infraestruturas físicas. Após esta experiência, realizaram-se importantes progressos na pesquisa das transições económicas, reforçando a perspectiva que Roland denominou de *evolucionária-institucionalista*, enfatizando instituições que estão na base de uma economia de mercado de sucesso, e que, por estarem já presentes e consolidadas em economias avançadas, são frequentemente tomadas como garantidas; políticas de liberalização, estabilização e privatização que não tenham bases institucionais adequadas e fortes não trarão os resultados desejados. À ideia de tornar o quadro institucional num “*clean slate*” começa-se a opor a ideia de utilizar instituições já existentes para prevenir o choque económico e social. Esta perspectiva baseia-se na abordagem evolucionária da economia e num cepticismo que enfatiza a relativa ignorância dos sistemas económicos e sociais e da sua transformação.

A visão evolucionária-institucionalista fala na incerteza agregada dos processos de reforma, devido a problemas de coordenação entre agentes económicos, e pela qual não há um caminho único para a transição. É pensada uma reforma menos “imediata” e mais gradual, sequenciada, por se reconhecer o perigo da irreversibilidade de políticas potencialmente ineficientes, utilizando as instituições existentes para prevenir perturbações económicas e sociais; assim, reformas podem ser parciais. Para desenvolver mercados é reconhecida a necessidade de instituições, sem as quais liberalização, estabilização e privatização não trarão necessariamente os objectivos a que se propõem. Para assegurar a eficaz transferência de propriedade, os planos de privatização devem incluir *outsiders*. É também reforçada a importância do governo para imposição de leis, depois de reformado e reorganizado. A rigidez orçamental é vista como necessidade institucional. Por ser mais completa e adequada, esta perspectiva torna-se agora o consenso: compreende-se que as reformas do WC não seriam eficientes nem trariam os resultados esperados sem instituições capitalistas, podendo mesmo ter efeitos adversos, como corrupção e declínio económico.

Apesar de considerarem meios de acção diferentes, ambas as perspectivas têm o mesmo objectivo: um sistema de mercado eficiente baseado na propriedade privada. Os objectivos da transição eram claros: melhorar a eficiência alocativa, corrigindo as distorções do socialismo através da introdução de preços flexíveis e da criação de um mercado competitivo aberto ao exterior; estabilização macroeconómica; providenciar incentivos para que as empresas respondam a sinais de mercado; criar instituições governamentais adequadas; estabilidade política e institucional, proteger direitos de propriedade e contratos entre agentes, e evitar comportamentos de *rent-seeking*.

2.1. As Instituições

Diferenças de desempenho económico devem-se a, entre outros factores, diferentes instituições. Compreender conjunturas históricas de um país permite compreender as suas instituições, logo, o seu desempenho económico. O institucionalismo parte da acção humana e da natureza evolucionária dos processos económicos para compreender o papel e evolução das instituições económicas. Instituições formais e informais estruturam a interacção humana, definindo, conjuntamente, a estrutura de incentivos e

economias, sendo determinantes do desempenho económico. Assim, segundo a análise Darwinista de Veblen, indivíduos baseiam as suas acções em convenções e normas sociais: instituições funcionam devido à integração das normas nos hábitos comportamentais e de pensamento (Rutherford, 1998; Hodgson, 2006b). As instituições têm o poder de moldar capacidades e comportamentos dos agentes, ao mesmo tempo que dependem das interacções destes, mutuamente interligados e reforçáveis. Sendo uma visão dinâmica da economia, todos os eventos podem ter impacto significativo no resultado final: *path dependence* (North, 1994).

As instituições legais viáveis dependem de hábitos e costumes socialmente enraizados (Hodgson, 2006a); caso contrário, não podem ser adequadamente impostas. É a interacção entre instituições e organizações que define a evolução institucional de uma economia – as instituições formam regras, as organizações são os agentes (North, 1994). Walton Hamilton (Hodgson, 2000) defendia que indivíduos não podem simplesmente criar instituições, intencionalmente ou não: *institution building* não se dá sem custos de tempo, recursos, e capital humano.

The growth and mutations of the institutional fabric are an outcome of the conduct of the individual members of the group, since it is out of the experience of the individuals, through the habituation of individuals, that institutions arise.

Veblen, 1909, in Hodgson, 2000

A evolução institucional é um processo adaptativo. As mudanças ocorrem pela noção da melhoria que a reestruturação (política ou económica) trará, resultando não de intenções de alterar a base institucional, mas de um acumular de desenvolvimentos económicos e tecnológicos que levem a novos padrões de vida e novas maneiras de pensar. Trata-se de um processo contínuo, consequente das escolhas dos agentes: algumas envolvem a alteração de “contratos” existentes, o que pode requerer alterações legais. Gradualmente, as normas de comportamento modificar-se-ão também: hábitos devem mudar para uma reforma ter sucesso, pois são os actores que legitimam instituições. Enquanto regras formais podem mudar num dia, normas informais mudam gradualmente; mudanças revolucionárias nunca o são realmente (North, 1994), e não se pode assumir o seu sucesso: pequenas mudanças institucionais dão origem a diferentes

respostas, e maiores alterações levam a padrões ainda mais divergentes (Acemoglu, 2012).

Mercados são instituições, com normas e hábitos sociais, redes de informação e relações de troca que envolvem por vezes regras complexas, como propriedade privada (Hodgson 1998b, 2006a, 2007); nos países socialistas, havia poucas instituições comerciais. Percebe-se a importância de normas informais e *path dependence* ao introduzir a longevidade do regime comunista como variável: verifica-se uma correlação positiva com a inibição de instituições e normas culturais pró-mercado, e negativa com a capacidade de as desenvolver. Criar instituições de mercado é um processo complexo, porque requer que estas sejam alicerçadas em instituições políticas (North, 1991).

Instituições adequadas têm como características principais a imposição de direitos de propriedade fazendo com que uma maior parte da população tenha incentivos a investir e participar na economia; constrangimentos à acção das elites e grupos com poder, impedindo que consigam expropriar os rendimentos e investimentos dos outros indivíduos ou criar condições desiguais; e oportunidades iguais para que os indivíduos possam investir (em capital humano, principalmente) e participar em actividades económicas produtivas (Acemoglu, 2008). É difícil compreender quais as instituições mais adequadas a um contexto nacional, pois aquelas que funcionam num podem ser inadequadas noutra que não tenha as mesmas normas e instituições complementares: transferir regras formais, políticas e económicas de economias de mercado ocidentais para a ex-URSS não traria obrigatoriamente bom desempenho económico. Economias que adoptem as regras formais de outras terão características diferentes devido às normas informais e mecanismos de coação (North, 1994).

Enquanto que maior protecção dos direitos de propriedade aumenta o investimento e o progresso tecnológico, pode ser também resultado do desenvolvimento económico. A relação entre democracia e crescimento económico é ambígua, mas a democracia permite manter um Estado de Direito, e países com baixo desenvolvimento não conseguem frequentemente regimes democráticos estáveis; e apesar de se poder verificar crescimento em sistemas autoritários, a longo-prazo este depende de leis. As melhorias do nível de vida com crescimento económico substancial aumentam a probabilidade de instituições políticas se democratizarem. Democracia nem sempre explica crescimento económico ou níveis de rendimento, podendo noutros arranjos

políticos a economia crescer, parecendo, contudo, que um sistema democrático consegue traduzi-lo em melhorias de qualidade de vida: não sendo fundamental ao crescimento económico, pode ter um efeito benéfico onde a condição inicial seja o autoritarismo (Barro, 2008; Rodrik *et al*, 2008). Os efeitos da democracia não são imediatos: legitimidade e consenso não podem ser construídos a curto-prazo, e as economias de transição têm uma herança histórica limitada.

A participação do governo no processo de *institution building* é importante. Em economias de transição, políticas devem transformar o sistema legal para servir o mercado. As instituições de contratos e propriedade privada parecem dependentes de algo que as imponha e mantenha, desconhecendo-se se alguma instituição que não o Estado pode ter esse papel. Instituições evoluem diferentemente: algumas, com pouco planeamento ou intervenção estatal. Importa compreender que instituições podem surgir espontaneamente, ou se uma instituição forte é necessária à criação e sustentabilidade de novas instituições (Hodgson, 2002). O estabelecimento e desenvolvimento de novas leis é mais importante e prioritário que a privatização, que só pode contribuir para o crescimento com uma base legal sólida. A descentralização é necessária para a desregulação de economias pós-socialistas: o enfraquecimento do governo central em detrimento de governos locais deve ser visto como auxiliar à criação gradual de instituições. Se esta alteração for desequilibrada e o mercado não tiver bases institucionais, pode não melhorar a alocação de capital nem a eficiência. Este processo encontrava-se subdesenvolvido em economias de transição, fazendo daquilo que seria uma força condutora do crescimento um dos seus obstáculos. Não é suficiente a criação de organizações: dada a natureza da transição e as suas implicações, são necessárias mudanças sociais facilitadoras das alterações esperadas no comportamento nas organizações e interacções entre estas.

As bases de um mercado requerem também um sector empresarial competitivo, mercados funcionais e respeito pelas regras da alocação de mercado; intermediários financeiros competentes são necessários para promover poupança e facilitar transacções comerciais e investimentos – mas o mercado precisa também de jurisdição que apoie a execução das regras e imponha o comportamento correcto dos agentes económicos. A transição pede que não se oblitere o governo, mas que este ajuste o seu papel às novas circunstâncias da economia: a dimensão do governo (reduzido como primeira medida de transição) importa menos que a qualidade das suas políticas e a sua reestruturação. A

capacidade de aplicação de leis é mais fraca durante a transição que no Estado socialista ou em Estados com economias de mercado.

O novo ambiente institucional deve ser alicerçado em organizações inexistentes (não por ineficiência, mas por serem desnecessárias) nas economias de planeamento central. É preciso um novo sistema legal e incorporar novos comportamentos: os agentes económicos devem rapidamente aprender a actuar num sistema de mercado emergente. Mudanças institucionais são lentas, mas possíveis. Se as instituições são determinante último do desenvolvimento, não se podem avaliar políticas fiscais, monetárias, de câmbio, ou reformas estruturais, simplesmente pensando nos seus objectivos, pois se as instituições não se alterarem adequadamente, estas políticas serão ineficientes; quando as instituições não existem ou são inadequadas, as políticas económicas têm menos hipóteses de sucesso.

Acemoglu (2012) sugere os conceitos de instituições inclusivas e extractivas, as primeiras aquelas que permitem e incentivam a participação na vida económica a toda a população¹. O Estado, como autoridade central, será mais eficiente enquanto coordenador; encontra-se intrinsecamente ligado às instituições económicas. Instituições políticas são também inclusivas ou extractivas; as inclusivas quase obrigatoriamente criarão as condições necessárias para instituições económicas inclusivas, e vice-versa, num ciclo virtuoso. Sistemas de incentivos não podem ser eficientemente implementados em sociedades que baseiam o seu crescimento económico em instituições extractivas (como a URSS), que não permitiam liberdade económica aos seus cidadãos, mas experimentavam alguma prosperidade por forçarem a realocação de recursos da agricultura para a indústria; este crescimento é insustentável. É possível passar de um enquadramento institucional extractivo para um inclusivo: *but it's neither automatic nor easy* (p. 427).

A ausência de instituições que assegurassem direitos de propriedade explica muitos dos problemas que a Rússia atravessou: a expectativa de crescimento baseava-se na ideia que as instituições de mercado, apareceriam seguidamente à aplicação das medidas de liberalização e estabilização, se não automaticamente. Porém, quando o arranjo institucional é negligenciado e deixado à criação espontânea pelo mercado liberal, a institucionalização informal prevalece no vácuo do sistema, fazendo que organizações

¹ Instituições extractivas são aquelas que excluem a maioria da sociedade e “extraem” riqueza para elites.

informais tomem posse do poder (Kolodko, 1999). Liberalização e privatização não conseguem definir um cenário institucional, levando ao insucesso do mercado. À falta de um plano e de um sistema de mercado, a capacidade produtiva foi menos utilizada que anteriormente, poupanças e investimentos caíram, e deu-se uma forte recessão. Posteriormente, deram-se tentativas mais planeadas para uma construção de instituições (incluindo organizações, laços entre estas, e comportamento de agentes económicos) gradual mas constante. As políticas de transição alteraram-se com sucesso em vários países: criaram-se organizações de mercado, fizeram-se e adoptaram-se novas leis. Em 1995, Åslund considera as transformações institucionais significativas no que respeita à passagem da economia comunista para uma economia de mercado. Porém, dada a fraca capacidade institucional do Estado para imposição da lei, as políticas económicas fracassaram.

3. A TRANSIÇÃO

*We turn officially to the IMF, the World Bank, the EBRD and invite them to elaborate detailed plans in cooperation and participation in the economic reforms.*²

Boris Yeltsin in Åslund (1995:67)

Para Pagè (2011), pode-se separar o percurso económico da Rússia nos últimos vinte anos em duas fases distintas: a desde 1992, quando começou o processo de transição, até 1998, momento da crise, período marcado por forte depressão económica, inflação elevada, piorar dos níveis de vida, aumento do desemprego, economia baseada no sector primário; e aquela de 1998 ao presente, de reconstrução económica. Esta transição foi dificultada por reformas desorganizadas, sem as quais poder-se-ia ter verificado uma situação financeira mais estável; a crise de 1998 acabou por marcar um ponto de viragem positivo.

O legado soviético

A Rússia herdou da URSS sistemas legais e de pagamento antiquados; o desmembramento da zona do Rublo; elasticidade orçamental; exaustão de reservas de

² Considerações sobre o apoio destas instituições no 3.2.

moeda estrangeira; fuga de capital; um sector energético decadente do qual a economia dependia³; ausência de instituições políticas funcionais; guerras de poder entre executivo e legislativo; um sistema federal complexo; e uma estrutura económica distorcida e dominada pelas energias, indústrias pesadas e produção militar. Durante o período Yeltsin, a economia russa sofreu várias alterações estruturais. Verificou-se uma queda na produção, que pode em grande parte dever-se às estatísticas da URSS, que sobrevalorizavam a produção, e à subvalorização pós-privatização enquanto técnica de evasão fiscal. A transição implicou uma alteração na estrutura da procura, pois, quando esta se torna relevante, a produção desnecessária desaparece. A produção começou a apresentar estruturas mais “normalizadas” (Åslund, 1995): a economia desmilitarizou-se e a produção de bens manufacturados caiu, assim como a agricultura, dando origem ao aumento do sector terciário.

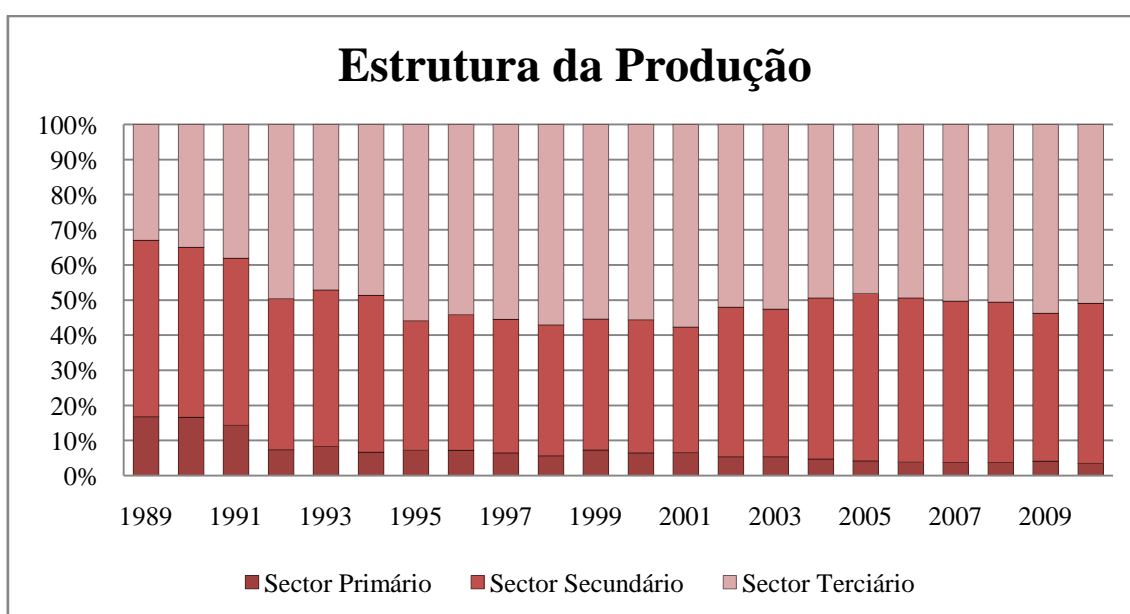


Figura 1 – Estrutura da Produção

Fonte: World Bank e elaboração própria

As estratégias a seguir e o papel dos “advisors”

Existem vários constrangimentos à transição, nomeadamente a incerteza dos resultados a níveis agregado e individual, complementaridade e interacção entre

³ Já aquando da desintegração a URSS dependia fortemente das exportações de petróleo para obter moeda estrangeira.

reformas⁴, e constrangimentos de ordem política. Na Rússia, o parlamento bloqueou os planos de estabilização em 1992 e 1993, e o governo opôs-se a reformas de mercado desde o início. A oportunidade única para criar um regime e constituição democráticos, dos quais sairiam instituições legítimas que ajudariam à reforma, com a queda do governo, foi ignorada.

Defensores da abordagem *big-bang* argumentam por uma implementação rápida e extensiva das reformas principais, servindo essa rapidez para aproveitar a “janela de oportunidade” criada pela democratização do regime. As reformas deviam ser implementadas radical e concomitantemente e de forma a serem irreversíveis, e o quanto antes, pois a conjuntura era uma oportunidade única para, a par da liberdade política, introduzir liberdade económica. A visão oposta defendia uma transformação gradual, com reformas ponderadas sequencialmente, propostas à vez, cujos resultados dependiam desta sequência, tendo mais probabilidades de sucesso e de criar condições necessárias para reformas posteriores, considerando que o *big-bang* negligenciava a relação entre variáveis reais e monetárias, *institution building*, o Estado, políticas sociais, e a necessidade de contextualizar políticas.

Há um *trade-off* entre estas estratégias. O tipo de incerteza (agregada vs individual) é aqui fundamental: quando a incerteza é individual, o *big-bang* tem prevalência, pela irreversibilidade das reformas implementadas (vantagem do ponto de vista *ex-post* político). O gradualismo oferece a opção da reversão da reforma a custos mais baixos, por ser mais lenta, flexível e experimental, podendo-se dar uma reforma apenas parcial: é mais atraente e facilita o início das reformas. Não havendo custos na reversão, prefere-se o *big-bang*, por ser um processo mais rápido ou em maior escala (Roland, 2000). Embora este debate seja relativo aos CEI, pode ter validade universal.

O processo transitório deveria ser abrangente, coerente (aplicar reformas numa sequência adequada e mutuamente reforçável), credível (cumprir expectativas, compromissos e planos) e estável (criar direitos de propriedade num Estado de direito; criar instituições que promovam estabilidade macroeconómica; reestruturar e desmonopolizar indústrias; liberalizar preços; criar um sistema que apoie e reduza custos da alocação de recursos). Um programa adequado deve combinar estabilização,

⁴ Tradicionalmente, políticas de encorajamento a pequenas empresas (privadas) tendem a dar-se mais cedo, privatização e reestruturação mais tarde; a estabilização, a meio do processo. A Rússia é considerada por Roland uma prova que países que atrasam a transição têm menos sucesso.

privatização e liberalização, independentemente de ter como base a perspectiva institucionalista ou o WC; teoricamente, estes elementos são mutuamente reforçáveis, devendo ser introduzidos concomitantemente num *big-bang*. Porém, direitos de propriedade devem ser criados e aplicados antes de poderem ser trocados num mercado, pelo que privatização e estabilização devem preceder a liberalização, por exemplo – é impossível uma reforma *big-bang* ser introduzida com sucesso. Fica assim um vazio entre teoria e prática das transições económicas. A liberalização dos preços é a reforma mais rápida, enquanto que a privatização requer mais tempo. A melhor estratégia seria iniciar imediatamente a privatização e estabilização, seguindo-se a liberalização apenas após preços e orçamentos estarem controlados (Feige, 1994). Uma correcta sequência de reformas não pode levar à perda de *informativeness*, deve fazer o processo *ex-ante* aceitável, e criar bases para novas reformas e satisfazer os constrangimentos políticos *ex-post* (Roland, 2000). O desenvolvimento de um pequeno sector privado é das reformas mais populares num momento inicial, pois a sua introdução afecta os resultados das futuras reformas; as empresas mais eficientes tendem a ser privatizadas primeiro. Políticas de competitividade devem ser das primeiras reformas: sem elas a privatização pode criar monopólios. Estabelecer novas instituições é das reformas com menos custos.

O relatório *Russian Economy in 1992. Trends and Prospects*, elaborado pelo *Institute of Economic Problems of Transition* (Yevstigneyev *et al*, 1994), defendia não existir alternativa ao *big-bang*, criticando o governo de Gaidar por não ter reduzido o desemprego como fizera com a inflação, pela incapacidade de liberalizar os preços das energias e pela resistência às políticas anti-inflacionárias. Como tendências macroeconómicas negativas, aponta a *redistribution trap*, a inflação, e o decréscimo dos rendimentos e lucros. Segundo o relatório referente a 1993, os principais problemas eram a estabilização, a recessão transformacional, e o processo de privatização. Considerava programas de transição gradual para países socialistas inviáveis, pela impossibilidade de separar a economia do Estado sem um “choque”.

Conselheiros estrangeiros (destacam-se Åslund e Sachs) defendiam uma reforma o mais *big-bang* possível, mais rápida, mas absoluta, para reduzir a *shortageflation*⁵. Contrariamente ao que a expressão “*big-bang*” possa indicar, a introdução de reformas

⁵ *Portmanteau de shortage com inflation*

na Rússia não foi imediata ou simultânea⁶; Gaidar não previa uma reforma total sem existir uma moeda independente. A estabilização, desmonopolização e privatização ficaram para depois da liberalização dos preços, considerada por Yeltsin a medida mais difícil e urgente. A transição baseou-se na rápida estabilização e liberalização do mercado, e nas privatizações graduais, que acabaram por se tornar no âmago da reforma.

As reformas

As políticas de **privatização** têm impactos macroeconómicos e na estabilidade política e institucional, pretendendo maior eficiência (transferência de propriedade e novos incentivos) e reestruturação. Os constrangimentos políticos foram importantes: a privatização de bens do Estado foi justificada politicamente, pois a propriedade estatal era a última “linha defensiva” dos opositores da reforma. A privatização foi o aspecto do ajustamento estrutural que mais sucesso teve: a oposição podia ser ultrapassada com programas que dessem propriedade a trabalhadores e gestores, dando-lhes a oportunidade de comprar acções da sua empresa a baixos preços.

Em 1992 Yeltsin implementou um modelo de privatização em massa, a *insiders*⁷, baseado em *vouchers*, que devia ser simples, igualitário, extensivo, e conformado ao mercado: todos os cidadãos receberiam um voucher com valor nominal de 10.000RUB. Porém, trabalhadores que pertenciam a empresas que não seriam privatizadas, ou à administração pública, foram excluídos: não havia definição do que seria uma distribuição justa. O programa de privatização compreendia toda a propriedade estatal, excepto habitação (baseado no princípio do direito à habitação), terrenos e *sovkhozy*; definia as empresas a ser privatizadas prioritariamente, e quais deviam ser submetidas a mais avaliação.

A privatização acabou por ser menos importante para o crescimento que o desenvolver de novas empresas privadas, e a reestruturação ficou esquecida quando a rapidez foi priorizada à eficiência. Esperava-se que a privatização resultasse numa janela de oportunidade para mudanças legislativas e institucionais necessárias à reestruturação, mas teve envolvimento mínimo dos investidores. O desenvolvimento de empresas e o IED foram desencorajados pela corrupção, fraca gestão macroeconómica,

⁶ 1991: Reforma política; 1992: Liberalização; reforma bancária; reestruturação de empresas (gradual); 1993: Privatização; 1995: Estabilização; reforma fiscal (Roland, 2000).

⁷ Inclui perigos de quebras fiscais não compensadas pelos lucros privados, o que se verificou.

e leis e normas contraditórias e pouco claras, especialmente as respeitantes a direitos de propriedade. O adiamento da privatização privou a maior parte dos cidadãos de direitos de propriedade reais que os poderiam ter protegido da inflação, retirando confiança nas reformas.

A experiência russa demonstra as limitações do WC: a irreversibilidade da privatização prendeu a economia numa situação ineficiente onde a concentração do poder económico nas mãos dos grupos de interesse permitiu que estes conseguissem captar os bens do Estado e bloquear futuras reformas. Pelo desigual acesso à informação, a distribuição de propriedade, teoricamente igual, foi distorcida (Feige, 1994). Conforme o teorema de Coase, a privatização em massa seria corrigida pela compra de recursos por agentes mais eficientes aos proprietários iniciais – isto não se verificou. O modelo de privatização utilizado originou desigualdade de rendimentos por não ter trazido investimento e crescimento, que sustentariam a reforma; verificou-se desinvestimento e fuga de capital, não se reestruturou a economia. Cresceu a proporção de emprego e autoemprego no sector privado, embora em níveis abaixo dos países europeus ou cuja transição foi mais positiva (Ellman, 2003).

A **liberalização** dos preços é condição essencial à introdução do mercado. Posteriormente, dá-se uma realocação de recursos, devido à eliminação da produção ineficiente, que deve levar a economia a um equilíbrio de Pareto. Não pode ser instantânea devido a “fricções” na economia: a velocidade desta realocação é importante, e requer uma reestruturação que seria impossível com o investimento disponível. As políticas de realocação de recursos humanos, capital e meios de produção teriam de ser extensivas, devido à irregular distribuição geográfica (Ellman, 2003), limitando o ritmo dos ajustamentos estruturais: um argumento fundamental a favor do gradualismo.

Provided that reforms create a need for restructuring (reallocation of resources), the speed of reforms should be such that the magnitude of required restructuring does not exceed the investment potential of the economy.

In Popov, 2007

Num momento de recessão transformacional, a liberalização *per se* não tem grande influência; após a recuperação, demonstra efeitos positivos, criando estímulos de mercado sem causar uma rápida perda de produtividade em indústrias ineficientes.

A produção foi liberalizada em 1990 através do *Law on Enterprise and Entrepreneurial Activity* e, em 1991, seguiram-se os preços de produção, autorizando o seu aumento (mas não no consumo). Sachs (2012) acreditava que, exceptuando monopólios e recursos naturais, os preços deviam ser liberalizados, temendo uma liberalização demasiado radical. Assim, a liberalização dos preços em 1992 excluiu a energia e os transportes. Estes preços mantiveram-se fixos com a elevada inflação; Gaidar disse, posteriormente, que a não-liberalização dos preços da energia fora o maior erro do seu governo (Yevstigneyev *et al*, 1994).

No final de 1991, a liberalização do comércio externo parecia desfavorável: exportações e entrada de moeda estrangeira caíam. Esta reforma deu-se em 1992, a menor escala e menos radical que o esperado. A economia russa não reagia aos preços internacionais: a orientação para mercados mais desenvolvidos e a falta de apoio estatal para as altas tecnologias levou a uma desfavorável exportação de matéria-prima, agravada pela produção recurso-intensiva dependente nas importações. Estas eram reguladas alfandegariamente, sendo apenas as exportações de gás e petróleo isentas de taxas de exportação, pois os lucros iam directamente para o Estado. Eram necessárias leis para garantir segurança económica, proibir a troca doméstica de moeda estrangeira e licenciar actividades comerciais no estrangeiro (Yevstigneyev *et al*, 1994).

A liberalização dos preços e do comércio trouxe problemas e *trade-offs* vários, como o aumento da criminalidade, aumentos excessivos de preços, e posterior reintrodução de medidas proteccionistas ao comércio internacional, aumentando a inflação e eliminando os mecanismos tradicionais de controlo dos preços e salários (Ellman, 2003). O governo, incapaz de financiar o défice resultante através de impostos ou empréstimos, financiou passivamente a economia via impressão de moeda, agravando a inflação (Figura 2). A liberalização parcial ajudou à queda da produção, pois os preços da energia continuavam abaixo do nível mundial, e, aguardando liberalização próxima, os produtores restringiram a produção (Feige, 1994).

Para Roland (2001), os resultados da liberalização reforçam a perspectiva evolucionária-institucionalista: sem estabilização, era necessária uma nova resposta, mais adequada e completa na situação apresentada.

Tentativas de introdução de **programas de estabilização** falharam até 1995, com oposição sobretudo do sector bancário. Incluíam a restauração ou manutenção do

equilíbrio financeiro nos mercados domésticos, eliminação da escassez, combate à inflação, moderação da recessão e redução do desemprego; estabelecer uma moeda estável e convertível era um dos pré-requisitos fundamentais. Era porém impossível aplicar imediatamente um programa que terminasse a inflação, pois os preços de certos produtos não foram liberalizados até 1993. Devido à escassez de reservas de moeda estrangeira e à insistência do FMI, não foi introduzida uma taxa de câmbio real. Foi portanto aplicada outra estratégia, compreendendo liberalização dos preços, aumento dos rendimentos, e uma taxa de câmbio flutuante, reduzindo a inflação e quase atingindo déficit zero no orçamento; a taxa de câmbio subiu, mas a economia continuou em declínio.

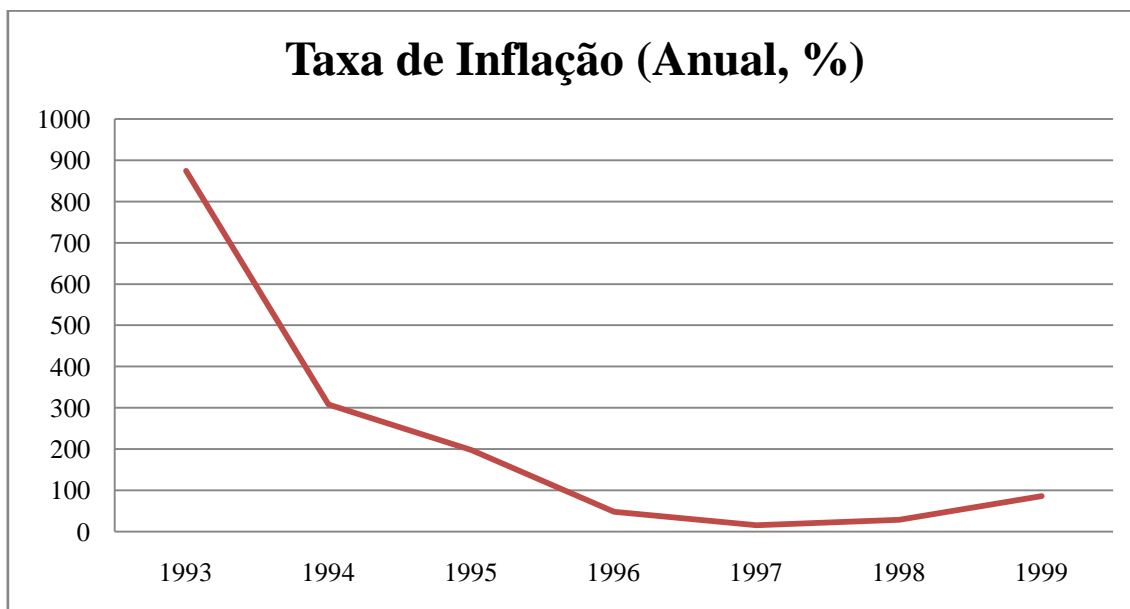


Figura 2 – Taxa de Inflação Anual 1993-1999

Fonte: World Bank e elaboração própria

O orçamento de Estado era elástico, contendo elevados subsídios a empresas públicas. O déficit orçamental prevaleceu até ao fim do comunismo; em finais de 1991 estava descontrolado nas despesas públicas e salários, e o governo tinha contraído demasiadas dívidas em empréstimos do estrangeiro. Antes da liberalização dos preços, era difícil compreender a procura de dinheiro, levando à sobrevalorização desta necessidade e à sobre-emissão de moeda. Não havendo instrumentos adequados, políticas monetárias tiveram difícil implementação.

No início de 1992, a política de estabilização foi *big-bang*, mas no segundo semestre, como que desapareceu. Em 1993 deram-se várias mudanças positivas: as taxas de juros crescentes foram provavelmente a principal causa da taxa de câmbio mais estável. A inflação caiu, mas a média mensal manteve-se pelos 22% durante grande parte do ano (Åslund, 1995). No final do ano, a Rússia encontrava-se preparada para adotar uma política de estabilização séria, tendo ocorrido as alterações institucionais necessárias: o programa *Development of the Reforms and Stabilization of Russian Economy in 1993-1995*. Em 1994 crescia a noção que não havia alternativa aos elevados custos transicionais. A reestruturação ganhou ímpeto, e, com a estabilização e privatização, começaram a surgir investimentos de portfólio, as poupanças cresceram, e o mercado de acções viveu um *boom*; contudo, a inflação mantinha-se elevada.

Um programa de estabilização implementado em 1995 com o apoio do FMI, baseado numa taxa de câmbio fixa e rigidez nos empréstimos a empresas, teve sucesso na redução da inflação durante três anos; colapsou com a crise em 1998. Com o controlo da inflação, surgiu uma esperança de melhoria das condições económicas para 1997, que poderá explicar o *boom* do investimento estrangeiro. A taxa de câmbio fixa, utilizada durante um período de tempo prolongado, não levou à apreciação real da moeda.

A estabilização deu-se apenas no pós-crise de 1998. Baseou-se maioritariamente em questões monetárias; políticas fiscais não-rígidas; produção e investimentos bloqueados por taxas de juro elevadas. A estabilização provocou uma queda abrupta na produção, enquanto o investimento e a recuperação não foram possíveis devido à elevada inflação.

3.1. *Análise das Reformas da Primeira Fase*

Os problemas passaram não só pela melhor sequenciação de reformas, mas pela legalidade das privatizações, necessidade de criar uma moeda nacional⁸, e mesmo a possibilidade de guerras civis. O programa do WC falhou, acima de tudo, por não existirem instituições suficientemente fortes, pela rápida e desregulada liberalização dos preços (inflação crónica), liberalização do comércio internacional sem mecanismos de segurança para produtos domésticos (elevadas importações), e liberalização de fluxos de

⁸ Necessidade não reconhecida pelo FMI.

capital e fim das regulações das taxas de câmbio num país com elevados níveis de incerteza (fuga de capital excedendo o apoio fornecido). Tudo isto desacelerou o desenvolvimento dos mecanismos económicos, a maior causa da crise de 1998: as unidades de produção continuavam obsoletas e desorganizadas, o sistema bancário emergente, o sistema financeiro funcionava apenas nas grandes cidades, e trocas directas tornavam-se comuns.

Destaca-se a não-apresentação de um programa de reformas quando surgiu a “janela de oportunidade” com a queda do regime, comprometendo não só reformas como a própria democracia. Esta foi apenas aproveitada com o programa de privatização de Chubais (1992-94). Gaidar deparou-se com forte oposição quando só ele parecia compreender a urgência da estabilização (Åslund, 1995) devido aos riscos de o controlo dos preços e impressão de moeda para financiar o défice levarem ao colapso do comércio e a mercados paralelos. A transformação económica e fim da crise seriam impossíveis sem definir a divisão do poder, direitos e leis, fronteiras e alfândegas, e sem a existência de uma verdadeira democracia, de um Estado eficiente que defendesse o interesse público. Havia comportamentos oportunistas, destacando-se o controlo dos recursos económicos e as possibilidades de desvio de fundos para proveito próprio. A insegurança do sistema bancário encorajou fuga de capital para o estrangeiro.

O desempenho económico no início da transição depende muito das condições em que o país se encontra – quanto maiores as distorções iniciais, pior a *performance*. Fortes distorções pré-transição poderiam indicar um PIB maior, tornando-se mais difícil ultrapassá-las para obter crescimento. As dinâmicas do PIB do início da década de 1990 podem ser explicadas por condições económicas iniciais, incapacidade institucional do Estado, e condições macroeconómicas: pelas distorções pré-transição, pela relação entre democracia e Estado de Direito, e pela inflação; pela fraca capacidade institucional, e colapso das instituições. Muitos dos custos devem ser atribuídos às inconsistências das políticas seguidas, nomeadamente as tentativas de desaceleração da liberalização económica e a incapacidade do governo e bancos centrais em combater a inflação, realizar as funções de recolha de impostos, limitar economias paralelas, e assegurar os direitos de propriedade. Importa compreender o que levou às falhas institucionais, e se estas poderiam ter sido prevenidas.

Focando na liberalização e estabilização macroeconómica, instituições foram ignoradas. Enquanto a estabilização é realmente relevante, a liberalização não o parece

ser, e quando não acompanhada por instituições fortes, não garante um bom desempenho; alterações na capacidade institucional do Estado, por sua vez, têm fortes impactos no desempenho económico. Instituições dependem de um Estado de Direito, sendo mais facilmente mantidas por um sistema autoritário que por uma democracia fraca: após a emergência de uma democracia não-liberal, a Rússia viu-se sem os instrumentos autoritários que utilizara para imposição da lei, mas também sem os mecanismos democráticos necessários para o mesmo fim. A fraca democratização teve um impacto negativo no funcionamento das instituições, enfraquecendo-as e levando à deterioração das políticas macroeconómicas. Se o Estado mais fraco é incapaz de forçar quotas de produção num sistema de dupla afixação de preços, a privatização de recursos com preços de mercado cria estrangulamentos no sector estatal, resultando numa descida da produtividade total (Popov, 2007). Sem mercados competitivos, um *big-bang* levará inevitavelmente à redução da produtividade, enquanto reformas incrementais podem contribuir para a sua expansão.

3.2. O Apoio Ocidental

O fracasso do apoio Ocidental deve-se à falta de compromisso por parte do G7, que não encarou seriamente a questão da transição; os EUA em particular terão demonstrado pouco interesse (Sachs, 2012). O FMI opôs-se à formação de um fundo de estabilização, por forçar a estabilização da taxa de câmbio prematuramente. O financiamento dificultou as tentativas de transição, e, finalmente, a Rússia foi desqualificada enquanto recipiente da ajuda financeira. Errou ainda ao não ter apoiado a necessidade da criação de novas moedas. A exportação do Rublo a preços subsidiados e a possibilidade de bancos centrais fora da Rússia poderem criar Rublos gerou uma perda substancial. As políticas de deflação com uma taxa de câmbio nominal depreciada levaram à valorização real da taxa de câmbio. Enquanto isto reduziu a inflação, a persistência nesta política mesmo quando o objectivo tinha já sido atingido teve efeitos negativos: a depreciação do Rublo em 1998-99, que o FMI quisera evitar, levou a uma queda nos níveis de vida, mas a crescimento económico sustentável.

A eliminação de monopólios e a rigidez orçamental eram consideradas medidas fundamentais para a reestruturação e realocação de empresas, assim como bases legislativa e judicial eficientes, capacidade institucional e um Estado de direito, tendo-se

nestes aspectos focado o WB ao longo da década de 1990. Porém, pouca atenção foi dada a questões fiscais, *capacity building*, *good governance* e *accountability* das finanças públicas. Até 1998, a eficácia do apoio do WB foi modesta; nos anos seguintes, houve sucesso na melhoria dos sistemas de incentivos, desenvolvimento sustentável e programas sociais, e no período 1998-2001, os resultados são vistos pelo próprio como satisfatórios, e o seu impacto no desenvolvimento institucional como substancial (World Bank, 2002).

A contribuição ocidental foi essencialmente negativa – mas o FMI conseguiu controlar a inflação e deu conselhos técnicos úteis. A utilidade dos programas do WB é questionável: percebeu-se que programas de empréstimos de somas elevadas podiam desacelerar reformas; que só após a sua implementação, os empréstimos para ajustamento devem ser oferecidos; que prazos de implementação de reformas devem ser realistas, conforme o contexto; e que é necessária uma reforma institucional para os projectos de investimento atingirem os resultados esperados (World Bank, 2002). Segundo Fischer *et al* (2004 – artigo elaborado dentro do FMI), houve progresso positivo nas reformas institucionais, e muitos dos programas das IFIs impunham condições institucionais e organizacionais⁹; assim, se estas reformas foram lentas, foi devido não a limitações do aconselhamento estrangeiro, mas a constrangimentos endógenos, como a necessidade de alterações nas normas societais.

3.3. A Crise de 1998

Em 1997, a situação económica parecia melhorar: a inflação tinha caído (Figura 2), o PIB mostrava uma taxa de crescimento positiva, e o petróleo encontrava-se a preços elevados: a crise de 1998 ocorreu após um momento de prosperidade. Tradicionalmente considerada como despoletada pela crise asiática (Pinto *et al*, 2010), para alguns autores (Popov, 2010; Gusev *et al*, 2009), porém, esta recessão foi transicional, culminar do período de recessão que se prolongava há anos, pois, apesar da recuperação, persistiam problemas ao nível da recolha de impostos, salários reais e IED. Os preços do petróleo desceram também para menos metade do preço do ano anterior, diminuindo os lucros das exportações (Chiodo *et al*, 2002).

⁹ Não se refere à Rússia em particular.

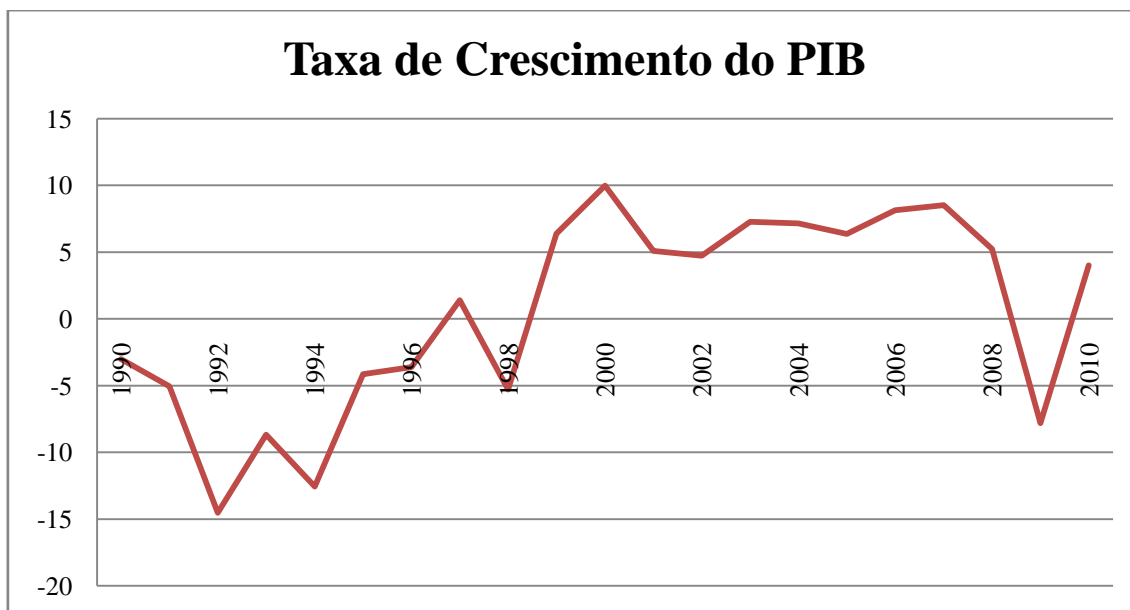


Figura 3 – Taxa de Crescimento do PIB

Fonte: World Bank e elaboração própria

Em 1998 vivia-se num contexto de anos de queda da procura, aumento da inflação (Figura 2) (cujo controlo se mostrara difícil), e desvalorização do Rublo, devido à taxa de câmbio rigidamente fixa que diminuiu as reservas de moeda estrangeira: os preços das principais exportações baixaram, e aumentaram os das importações. A manutenção da taxa de câmbio, aumento das taxas de juros e da moeda em circulação foram decisivos nas dinâmicas de inflação durante a crise, influenciando os preços directamente (Baranov *et al* 2009). O sector bancário, já fraco, foi fortemente afectado. Os sistemas de não-pagamento, pagamento em bens e atrasos nos pagamentos aumentaram a ineficiência e corrupção; porém, a sua utilização fez o impacto do colapso financeiro menor que se prevalecesse um sistema bancário. A incerteza política, depressão económica, falta de contas bancárias privadas, criminalidade, e mau ambiente para investimento levaram a elevadas fugas de capital.

Segundo Popov (2007¹⁰), a diminuição da produção no início da década de 1990 foi uma recessão transformacional, estrutural, e coincidente com a liberalização dos preços, podendo-se assim justificar pelo choque adverso do lado da oferta devido à desregulação dos preços relativos¹¹, à necessidade de realocação de recursos devido a distorções na estrutura industrial e padrões comerciais acumulados durante o período do

¹⁰ Roland (s.d.) diz ser uma análise limitada por se basear exclusivamente em factos económicos.

¹¹ Investimento e produtividade podem cair como resultado da desregulação de preços (*disorganization effect*).

planeamento central¹², e ao colapso das instituições. A rapidez das reformas agravou a queda da produção: a desregulação dos preços criou uma necessidade de reestruturação que excedia o potencial de investimento, afectando negativamente o desempenho económico aquando da redução da produção; as empresas tiveram de se reestruturar mais rápido do que aquilo que lhes era possível. A recessão estava, assim, ligada à necessidade de realocação de recursos de forma a corrigir a estrutura herdada do sistema soviético.

Neste sentido, esta crise resulta de um acumular de factores ao longo dos primeiros anos da transição, o final de um período longo de recessão que piorou com a necessidade de pagamento de dívidas (internas e externas) e a manutenção da taxa de câmbio do Rublo, sendo parcialmente catalisador o desacelerar dos mercados internacionais derivado da crise asiática. Pode por isso ser considerada o fim da transição, ou, como diz Pagè (2011), o início de uma segunda transição.

4. O PÓS-CRISE

A crise de 1998 foi ultrapassada sem assistência financeira internacional. Nos anos seguintes houve óptima *performance*, boa gestão fiscal, balanças de pagamentos e comercial positiva, recuperação da produção, e abandono dos sistemas de não-pagamento. Em 1998 tornou-se mais variada a oferta de bens e serviços, casas passaram a ter títulos de propriedade, e a mobilidade social aumentou. Aumentaram o emprego agregado (principalmente nos serviços) e a produtividade (a produção cresceu mais que o emprego, graças a ajustes salariais), houve melhor alocação de capital físico e humano, e alteraram-se os comportamentos dos agentes (incluindo o governo): todos estes, factores determinantes no crescimento económico.

O impacto da crise, particularmente no emprego e PIB real, foi pequeno quando comparado com anos anteriores, e a rápida recuperação (e taxas de crescimento do PIB mais elevadas do que alguma vez tinham sido desde o início das reformas) mostrou-se uma excepção à recessão habitual nos anos pós-crise. O assegurar dos direitos de propriedade contribuiu para a recuperação do investimento em 2000-01. Foram

¹² Distorções estruturais. As indústrias com maior choque adverso do lado da oferta sofreram maior redução, e os sectores não-lucrativos tendem a extinguir-se imediatamente.

importantes para o crescimento o sector energético e de construção, ainda os mais fortes. Na oferta, salientam-se fortes crescimentos na TFP; na procura, o rápido aumento no consumo privado. Os aumentos de produtividade resultaram principalmente da reestruturação para sobrevivência a curto-prazo de empresas e de um subproduto do aumento da produção pós-desvalorização, até a verdadeira taxa de câmbio ter apreciado significativamente e os custos laborais e não-laborais aumentarem.

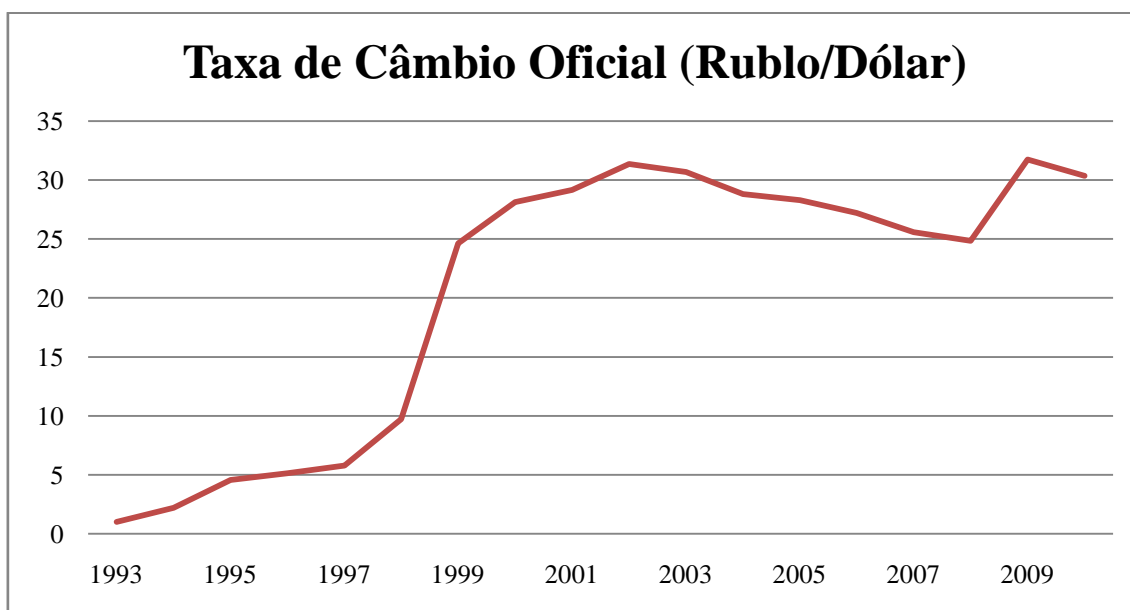


Figura 4 – Taxa de Câmbio Oficial Rublo/Dólar

Fonte: World Bank e elaboração própria

Esta recuperação surpreendeu, tendo-se previsto um crescimento efêmero (Ahrend, 2006); é portanto importante compreender os factores que fizeram a Rússia manter um crescimento elevado. Serão relevantes o aumento das exportações e substituição de importações após a desvalorização do Rublo¹³ por uma taxa de câmbio real, que aumentou a competitividade; o aumento dos preços dos hidrocarbonetos; melhores políticas fiscais; e a impossibilidade de emitir mais GKO¹⁴ com a rigidez orçamental, levando a lucros e à redistribuição do rendimento, melhorando a posição financeira de empresas e do governo (Ellman, 2003; World Bank, 2005). Recuperou-se um modelo de desenvolvimento baseado na indústria de extracção de recursos naturais, entre outras indústrias-chave, como a metalurgia. A década 1998-2008 caracterizou-se pelo

¹³ Segundo Stiglitz (2003), foi esta desvalorização, que o FMI havia evitado e mesmo proibido, que determinou o crescimento económico.

¹⁴ *Gosudarstvennoye Kratkosrochnoye Obyazatyelstvo* (Government Short-Term Commitments)

crescimento económico e melhoria nos níveis de vida, rápido crescimento do PIB e aumento das reservas de moeda estrangeira. O governo pagou a dívida externa, incluindo a “herança” da URSS (Filipov, 2011).

As exportações foram relevantes (Ahrend, 2006); mas, com procura crescente, a balança comercial tornou-se menos significativa. Para o crescimento constante contribuíram também fortes políticas fiscais, sendo os orçamentos do início da década de 2000 orientados para excedentes apoiados em projecções conservadoras de preços de petróleo (Ahrend, 2006). A responsabilidade fiscal foi facilitada pelos lucros crescentes: o governo aproveitou a situação favorável para adoptar reformas institucionais que melhorassem a elaboração de políticas fiscais e implementar uma reforma fiscal compreensiva, que noutras circunstâncias teria sido mais complicada, e teve um importante papel em sustentar a recuperação económica, com redução e alargamento das bases de impostos e cortes na despesa pública.

Foi destarte que a Rússia foi considerada por Jim O’Neill, em 2001, um dos BRIC: um grupo de países diverso cujos critérios comuns são elevado crescimento, algum atraso socioeconómico e grande dimensão geográfica, apontados como as prováveis quatro principais economias em 2050. Considerando o desenvolvimento económico e social, a Rússia encontra-se adiante dos outros BRIC, com os mais elevados PIB *per capita* e escolaridade, equiparando-se a países ocidentais; encontra-se, porém, numa situação de “crescimento sem desenvolvimento”: a expansão económica verificada não é acompanhada de melhoria de recursos humanos e tecnológicos.

As melhorias a nível macroeconómico são notórias, mas a Rússia não está ao nível das economias desenvolvidas (World Bank, 2005), necessitando uma estratégia de desenvolvimento focada na maximização do crescimento e na diversificação para além dos recursos naturais¹⁵; é preciso compreender as mudanças estruturais, colocando-se a hipótese de a economia russa ser ainda uma economia em transição, desorganizada, sem uma alocação eficiente de recursos (World Bank, 2005): a transição para uma economia de mercado deu-se efectivamente, mas sem diversificação, focando-se na exportação de produtos primários, como gás natural e petróleo (Ellman, 2003). As mudanças estruturais tornam-se, nesta hipótese, determinante importante do crescimento a médio e longo-prazo.

¹⁵ Objectivo adereçado no *Strategy for Future Social and Economic Development of the Russian Federation* (Ministry of Economic Development and Trade, 2003)

Os desvios da estrutura produtiva russa relativamente a economias de mercado ditas “normais” eram visíveis; em países com economia de planeamento central, agricultura e indústria (especialmente a pesada) costumam ter forte predomínio e infraestruturas obsoletas. Após uma década de transformação a Rússia “normalizou” a estrutura da produção. Logo no início da transição as distorções estruturais começaram a resolver-se, apesar da rigidez do mercado de trabalho dificultar a realocação (Gregory *et al*, 2004). Agricultura e manufacturas tiveram declínio rápido e significativo, embora a percentagem da agricultura tenha permanecido relativamente estável até meados da década de 1990 (Figura 1). Destacam-se os impactos da desmilitarização. Isto reflecte o facto de a estrutura produtiva na URSS ser artificial, fruto do planeamento económico, aproximando-se muito das estruturas de países de baixo rendimento. Pode ser necessária uma nova transição (Beck *et al*, 2007), pois alguns sectores da economia não são ainda competitivos internacionalmente, estando “protegidos” do comércio externo: existe necessidade de mais reestruturação após a adesão da Rússia à OMC¹⁶.

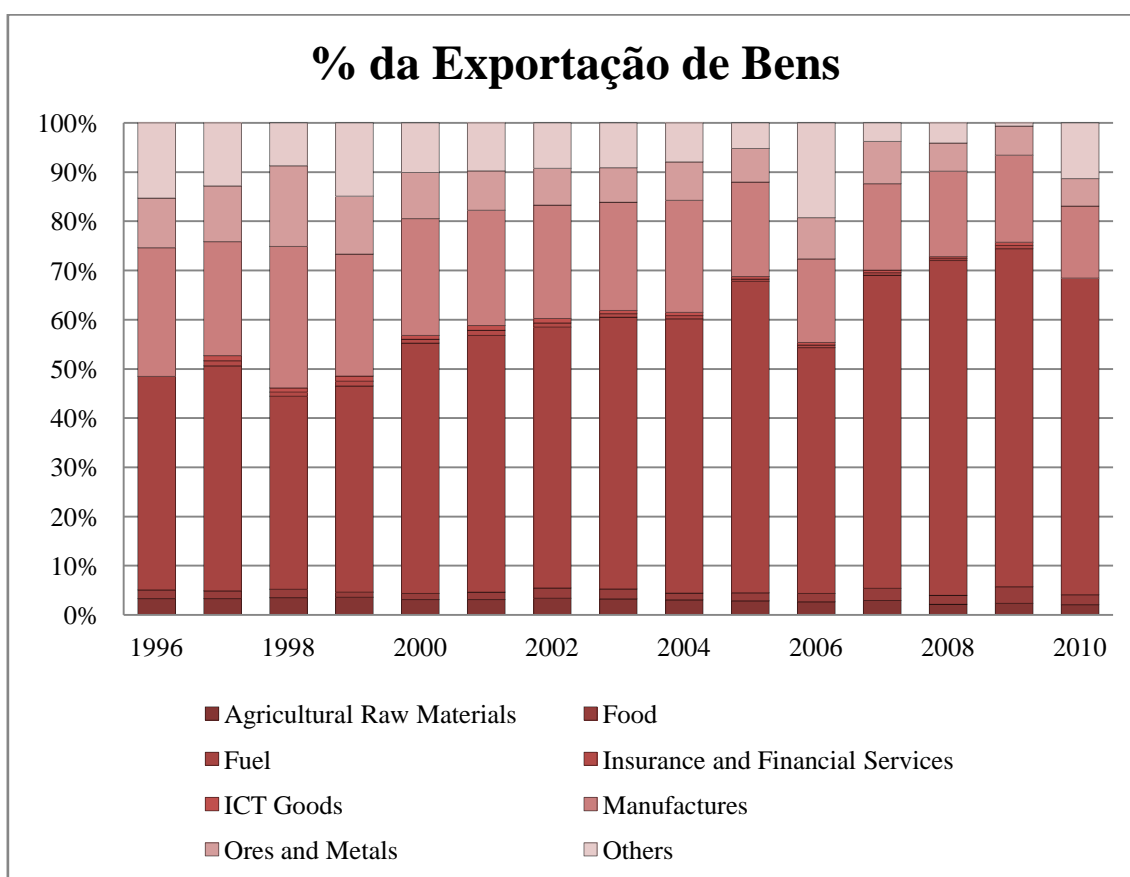


Figura 5 – Exportações por Tipo de Bens

Fonte: World Bank e elaboração própria

¹⁶ Aprovada a 16 de Dezembro de 2011; ratificada a 10 de Julho e reconhecida em Agosto de 2012

A produção parece diversificada por grande parte do PIB ser relativo aos serviços (Figura 1), mas a proporção da indústria energética pode ser mais do dobro do declarado. A indústria é fraca fora os sectores energético e metalúrgico. Após a reestruturação, a Rússia poderá ter passado de um gigante industrial a um petro-Estado, baseando a sua economia e orçamentos na exportação de recursos naturais (Popov, 2010)¹⁷. Na Figura 5, onde é demonstrado o peso percentual de cada tipo de bem nas exportações, destacam-se combustíveis, seguindo-se manufacturas e metais. O petróleo é a mais importante exportação, mais pela evolução dos preços que pelo aumento do volume exportado (o mesmo se verifica com o gás natural): em termos reais, a dependência nas exportações é menos pronunciada (Beck *et al*, 2007). Os serviços que predominam nas exportações são os transportes, incluindo transporte tubular de petróleo e gás natural.

A Rússia é o segundo maior produtor de petróleo do mundo¹⁸, tendo contribuído significativamente para o aumento do *stock* mundial. Antes da queda do Muro, a produção começara a cair, acentuando-se posteriormente; em 1999, começou a recuperar com a privatização da indústria, aumento dos preços mundiais e a utilização de tecnologia ocidental: teve um *boom* após uma década de forte declínio (BP, 2012). A Gazprom produz 94% do gás natural do país e controla 25% das reservas mundiais, sendo o maior produtor a nível mundial e as suas reservas de petróleo as terceiras maiores do mundo. A exportação de energias tem sido factor importante do crescimento económico, com o aumento da produção, procura, e dos preços mundiais de petróleo, e preços domésticos mantidos artificialmente baixos. Das trinta empresas russas que constam das 500 maiores empresas europeias¹⁹, dez, incluindo as seis primeiras, são de gás natural e petróleo.

¹⁷ Apenas 2% do emprego se concentra neste sector (Hanson, 2008)

¹⁸ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2173rank.html>

¹⁹ Handelsblatt Research, 2010

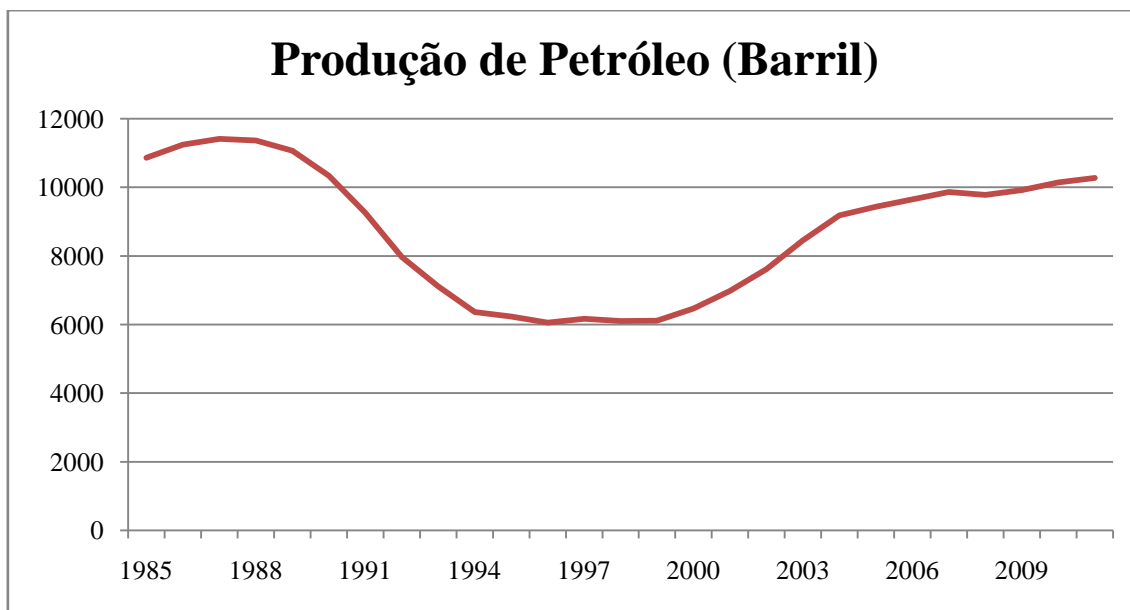


Figura 6 – Produção de Petróleo (Barril)

Fonte: BP e elaboração própria

Esta dependência levanta dúvidas ao nível da sustentabilidade do crescimento, por estar ligado ao preço do petróleo, naturalmente volátil. Assumindo que este factor dificilmente continuará estável futuramente, questiona-se o potencial de crescimento a médio e longo-prazo, e surgem preocupações quanto à competitividade de sectores não-petrolíferos e à susceptibilidade do país à *Dutch disease*²⁰.

O potencial de crescimento da Rússia é estimado em 4-6% por ano (Beck *et al*, 2007), mas, devido à elevada volatilidade do desempenho económico ao longo das últimas décadas, uma projecção é complicada. Um crescimento forte a curto/médio-prazo não será possível sem a diversificação das exportações, pois as reservas de petróleo são limitadas. A Rússia apresenta as maiores reservas de gás natural a nível mundial, muito em zonas de difícil acesso. Embora a indústria esteja pouco desenvolvida, apresenta a vantagem de uma procura crescente, sendo imperativa uma reforma neste sentido. Mas o gás natural é também matéria-prima: o aumento da dependência em indústrias de recursos naturais orientadas para exportação aumenta a exposição a choques externos.

²⁰ De acordo com Beck *et al* (2007), testes empíricos aos “sintomas” da *Dutch disease* na Rússia são inconclusivos.

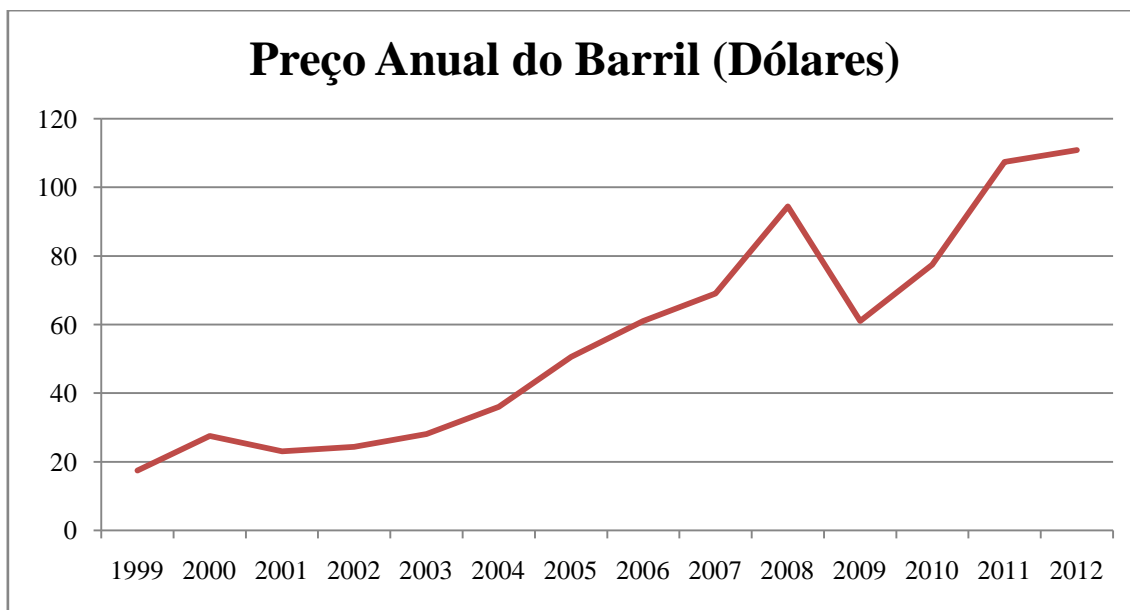


Figura 7 – Preço Anual do Barril (Dólares)

Fonte: OPEC²¹ e elaboração própria

We have not yet taken a single step toward modernization, liberalization, the development of domestic industrial relations and business, or economic diversification.

Agvan Mikaelyan, director-geral da FinExpertiza, *in* Adelaja (2011)

Devido à crise financeira, o governo tem-se esforçado para restaurar a decadente indústria do país. Com a recessão a sentir-se na indústria extractiva e na construção, há indícios que esta seja uma necessidade urgente (Adelaja, 2012b). Potenciais pontos fortes da economia incluem transportes aéreos e tecnologia relacionada, e equipamento militar; alguns oligarcas da metalurgia estão a investir na recuperação da indústria manufactureira (The Economist, 2012a), e há actualmente indústrias automóveis estrangeiras a estabelecer-se e a reabilitar fábricas na Rússia (The Economist, 2012b).

4.1. A Crise de 2009

Apesar do crescimento no início da década de 2000, as disparidades estruturais pioraram, aumentando o *gap* entre os sectores doméstico e de exportação. A crise de

²¹ Não se encontram disponíveis dados anteriores a 1999.

2008-2009 demonstrou as fraquezas persistentes na economia russa, quando esta não resistiu como os restantes BRIC. Consistem, primeiro, no sistema bancário, destinado a lucros a curto-prazo, não podendo financiar empresas; no baixo nível de diversificação da indústria, e insuficiente produção de bens de consumo colmatada pela importação; na desigual distribuição de rendimentos; na insuficiente diversificação económica, directamente ligada ao baixo desenvolvimento de pequenas e médias empresas, assim como à prevalência do alto nível de concentração na indústria; e na estratégia financeira das oligarquias, que as torna mais vulneráveis à crise, devido aos elevados empréstimos e à dependência no investimento estrangeiro (Pagè, 2011).

A queda dos rendimentos foi mais abrupta em 1998 que em 2008 (Gusev *et al*, 2009), permitindo continuar a importar: a ausência de substitutos domésticos reorientou os agregados familiares para bens importados mais baratos e de baixa qualidade. O período de *buildup* da crise foi também muito inferior ao da crise anterior, sendo esta estimulada pela diminuição dos preços do petróleo e produtos energéticos, deteriorando a balança comercial. Em vez de inflação galopante, a diminuição dos preços do petróleo levou à queda nos empréstimos para consumo. Até o final de 2008, o aumento de disponibilidade de moeda estrangeira tinha levado ao aumento real da taxa de câmbio do Rublo, mas esta começou a depreciar com o declínio nos preços das principais exportações e com a aceleração da fuga de capital.

A crise teve impactos significativos na economia russa, com queda dos preços dos produtos de exportação e uma crise de liquidez que demonstrou a fraqueza do sistema bancário. O IED reduziu drasticamente. O sector financeiro foi dos primeiros a sofrer, mas a intervenção do Estado conseguiu prevenir um deteriorar desta situação: a prioridade foi a manutenção da liquidez financeira do sistema bancário. Ajuda financeira urgente foi fornecida pelo *Vneshekonombank*²²; as empresas beneficiárias foram seleccionadas com base em critérios pouco transparentes. As pequenas empresas receberam menos de 5% do total da ajuda, sendo os grandes beneficiários as grandes empresas. Estas medidas ajudaram a mitigar os efeitos da crise no sector energético, o mais afectado (Filippov, 2011). O desacelerar da taxa de crescimento foi determinado pela redução na procura; em 2009, este desacelerar é visível em quase todos os sectores de actividade. Em 2009 o PIB caiu 7,8% (Figura 3), mais que qualquer país dos G20, quando a Rússia se julgava imune à crise financeira (Åslund, 2010). Esta queda deveu-

²²*Bank for Development and Foreign Economic Affairs*

se aos gastos do Estado para tentar recuperar o sistema bancário e empresas estatais, mas muitos culpam já a dependência nas exportações de petróleo e gás natural. Na Figura 8 é estabelecida comparação entre a evolução da taxa de crescimento do PIB e do preço do barril de petróleo, verificando-se esta dependência principalmente nos anos de alterações abruptas do preço do petróleo: 1999-2001 e 2009-2010.

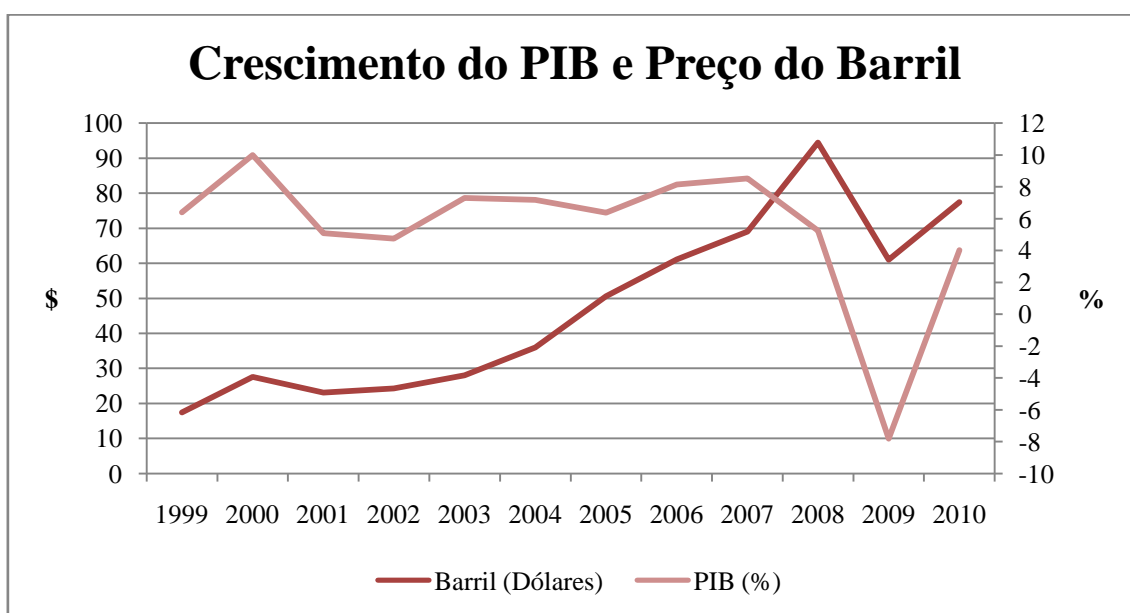


Figura 8 –Crescimento do PIB e Preço do Barril

Fonte: OPEC, World Bank e elaboração própria

Surgem dúvidas se a Rússia deve permanecer nos BRIC devido à possível incapacidade de manter taxas de crescimento elevadas, à falta de mão de obra para industrialização futura (capital humano esgotado, população decrescente), mas também por políticas económicas e corrupção endémica que afastam investidores (Farzard, 2010). Outros consideram que a Rússia chegou a um estado de desenvolvimento que leva a crescimento mais baixo, indicando talvez que se encontra agora mais próxima das economias avançadas e não de economias emergentes (Åslund, 2010).

5. CONCLUSÕES

O estabelecer de uma economia de mercado num ambiente politicamente hostil a actividades de mercado e sem as instituições necessárias, como a Rússia, foi um

desafio, pois, faltando as instituições adequadas, as reformas convencionais eram também inadequadas, e instituições não se podem criar espontaneamente. O Estado possuía a maioria da propriedade: a ideia de propriedade privada era reprovável, e muitas actividades económicas eram consideradas crimes graves (Feige, 1994); a criação de um mercado era impensável sem privatização e criação de direitos de propriedade, sendo a ausência destes em grande parte responsável pela ineficiência do sistema.

Os objectivos das políticas de transição são mais complexos que o que era pensado: privatização e liberalização são instrumentos para o crescimento económico, não objectivos; demasiada atenção foi focada nestes meios, e não no que deles devia resultar, levando à crença que os instrumentos eram os objectivos, sem preocupação com os seus impactos na economia. Avaliou-se também a política económica pela rapidez da privatização, e não pela sua eficiência, que deve ser medida pela competitividade. As políticas concentraram-se principalmente em estabilização, liberalização e privatização, sem preocupação com efeitos na economia real. Esta abordagem alterou as condições iniciais e criou défice, não crescimento.

Embora já tenha passado o período da experiência pós-soviética, provavelmente a mais vasta e importante nas transições económicas, é necessário o estudo de economias de transição e aprofundamento dos modelos apresentados, não só por haver ainda pontos por clarificar no que respeita à introdução de reformas, mas por ser relevante no âmbito da economia institucional, enquanto prova da relevância das instituições para o crescimento e desenvolvimento. Demonstra também ser legítima a preocupação de Murrell (1992) com o desdém pelas instituições já existentes, pela história, sociedade e economia russos aquando da tentativa da criação *top-down* de um mercado: tal como nos adverte o título do terceiro capítulo do livro de William Easterly, *The White Man's Burden*, “*You Can't Plan a Market*”. E isto aplica-se não só à experiência da ex-URSS, como às tentativas exógenas de criação de mercados em países onde não se encontram as instituições, formais ou informais, basilares para a sua existência. Assim, as transições podem ter um papel fundamental para o crescimento económico, devendo ser vistas como um episódio histórico que, interpretado de maneira adequada, servirá os fins do desenvolvimento.

Alterações que não conduzam a crescimento duradouro e sustentável não fazem sentido neste enquadramento. De modo a manter o rápido crescimento a curto-médio

prazo, é necessário aumentar o volume de exportações. Embora, teoricamente, a Rússia possa continuar um forte crescimento com as balanças comercial e de pagamentos em déficit (Ahrend, 2006), a economia tornar-se-ia demasiado dependente de capital estrangeiro, não uma situação favorável num país com fuga de capital, vulnerabilidade a choques comerciais, e sem capacidade de atrair fluxos de IED estáveis, onde a indústria é incapaz de competir com a importação de muitos bens de consumo, cuja procura a apreciação real do Rublo continuará a aumentar. Dificilmente a Rússia conseguirá alterar o crescimento baseado na exportação de recursos naturais sem causar novas distorções económicas; no entanto, há potenciais riscos a considerar ao desenvolver uma economia destas: vulnerabilidade externa, *Dutch disease*, e problemas institucionais. É possível alterar o modelo, mas é difícil ver como, em tal cenário, o crescimento se manteria, não sendo assim totalmente realista ponderar uma reforma estrutural: a Rússia tem vantagem comparativa nos hidrocarbonetos, assim como outros produtos energia-intensivos e recursos naturais; poucos sectores atingiram um nível de competitividade internacional que lhes permita exportar significativamente. É portanto necessária uma boa administração a nível macroeconómico e um quadro institucional que coloque os incentivos certos à iniciativa privada, mas acima de tudo, tendo em conta a vulnerabilidade demonstrada pela crise de 2009, uma mudança sistémica.

Deixamos algumas sugestões para investigações futuras, respeitantes às dinâmicas da economia russa:

- A evolução institucional, formal e informal;
- O desempenho e crescimento económicos, analisando dimensões que se têm provado instáveis (como PIB e inflação);
- Tentativas de diversificação e reestruturação do sector industrial, ou, pelo contrário, um maior aprisionamento na maldição das matérias-primas.

Seria também interessante um aprofundamento teórico da transição e do papel das instituições no desenvolver deste caso não-paradigmático.

6. BIBLIOGRAFIA

- Acemoğlu, Daron (2008). “Root Causes”. In: Giorgio Secondi, *The Development Economics Reader*, pp.73-78, Routledge
- Acemoğlu, Daron (2012). *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*, Profile Books Ltd
- Adelaja, Tai (2011). Celebrating Modesty, *Russia Profile* [Online]. Disponível em:
<http://russiaprofile.org/business/52317.html> [Acedido em 14 de Agosto de 2012]
- Adelaja, Tai (2012a). A Crumbling Structure, *Russia Profile* [Online]. Disponível em:
<http://russiaprofile.org/business/60317.html> [Acedido em 14 de Agosto de 2012]
- Adelaja, Tai (2012b). Growth without Gain, *Russia Profile* [Online]. Disponível em:
<http://russiaprofile.org/business/59417.html> [Acedido em 14 de Agosto de 2012]
- Ahrend, R. (2004), Russian Industrial Restructuring: Trends in Productivity, Competitiveness and Comparative Advantage, OECD Economics Department Working Papers, No. 408, OECD Publishing [Online]. Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1787/148133273748> [Acedido em 14 de Agosto de 2012]
- Ahrend, Rudiger (2006). “Russia’s Post-crisis Growth: Its Sources and Prospects for Continuation”, *Europe-Asia Studies*, 58(1)
- Baranov, A.O.; Somova, I.A. (2009). “Analyzing the Factors of Inflation in Russia in the Years of Economic Reforms”, *Studies on Russian Economic Development*, 20(1)
- Barro, Robert J. (2008). “Democracy and Growth”. In: Giorgio Secondi, *The Development Economics Reader*, pp.92-98, Routledge
- Beck, Roland; Kamps, Annette; Mileva, Elitza (2007). Long-Term Growth Prospects for the Russian Economy, European Central Bank [Online]. Disponível em:
<http://www.ecb.int/pub/pdf/scpops/ecbocp58.pdf> [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]

- Belousov, D.R.; Mikhailenko, K.V. (2007). “The Situation in the Russian Economy”, *Studies on Russian Economic Development*, 18(3)
- Blahó, András (1994). Russian Transition – Chinese Reforms, UNU-Wider [Online]. Disponível em:
http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/previous/en_GB/rfa-17/
 [Acedido em 14 de Março de 2012]
- Bloom, Jonty (2011). Should Russia Be in the BRIC Club of Dynamic Economies?, BBC [Online]. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/news/business-13684335> [Acedido em 1 de Janeiro de 2012]
- BP (2012). Statistical Review of World Energy 2012 – Historical Data [Base de Dados]. Disponível em:
<http://www.bp.com/sectionbodycopy.do?categoryId=7500&contentId=7068481>
 [Acedido em 30 de Julho de 2012]
- Chiodo, Abbigail; Owyang, Michael T. (2002). A Case Study of a Currency Crisis: The Russian Default of 1998, The Federal Reserve Bank of St. Louis [Online]. Disponível em:
<http://research.stlouisfed.org/publications/review/02/11/ChiodoOwyang.pdf>
 [Acedido em 14 de Março de 2012]
- Drobyshevskaya, Tatiana; Zhavoronk, Sergey (2009). “The Russian Economy and the Current Crisis”, *European View*, 8
- The Economist (2012a). “A Chance to Get Down to Business”, *The Economist*, 14-20 July
- The Economist (2012b). “Lurching Into the Fast Lane”, *The Economist*, 14-20 July
- Ellman, Michael (2003). “Transition Economies”. In: Ha-Joon Chang, *Rethinking Development Economics* pp.179-197, Anthem Press
- Farzard, Roben (2010). The BRIC Debate: Drop Russia, Add Indonesia?, Bloomberg Businessweek [Online]. Disponível em:
http://www.businessweek.com/magazine/content/10_48/b4205021134076.htm
 [Acedido em 31 de Dezembro de 2011]

- Feige, Edgar L. (1994). “The Transition to a Market Economy in Russia: Property Rights, Mass Privatization and Stabilization”. In: G. Alexander; G. Skapska, A *Fourth Way: Privatization, Property and the Emergence of new Market Economies*, Routledge, New York

- Filippov, Sergey (2011). Russia’s Emerging Multinational Companies Amidst the Global Economic Crisis, UNU-MERIT [Online]. Disponível em:
<http://www.merit.unu.edu/publications/wppdf/2011/wp2011-003.pdf> [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]

- Fischer, Stanley; Sahay, Ratner (2004). Transition Economies: The Role of Institutions and Initial Conditions, *Festschrift in Honor of Guillermo A. Calvo April 15-16*, International Monetary Fund [Online]. Disponível em:
<http://www.imf.org/external/np/res/seminars/2004/calvo/pdf/fische.pdf> [Acedido em 20 de Março de 2012]

- Gaidar, Yegor (1999). Lessons of the Russian Crisis for Transition Economies, IMF [Online]. Disponível em:
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1999/06/pdf/gaidar.pdf> [Acedido em 18 de Novembro de 2011]

- Goldman, Marshall I. (2009). “Russia: A Petrostate in a Time of Worldwide Economic Recession and Political Turmoil”, *Social Research*, 76(1)

- Gregory, Paul R.; Lazarev, Valery (2004). Structural Change in Russian Transition, Yale University Economic Growth Center Discussion Paper (896) [Online]. Disponível em:
http://www.econ.yale.edu/growth_pdf/cdp896.pdf [Acedido em 20 de Março de 2012]

- Gusev, M.S.; Shirov, A.A. (2009). “Two Crises. A Comparative Analysis of the Situations in 1998 and 2008-2009”, *Studies on Russian Economic Development*, 20(5)

- Hanson, Philip (2008). The Economic Development of Russia: Between State Control and Liberalization, Istituto per gli Studi di Politica Internazionale [Online]. Disponível em:
http://www.ispionline.it/it/documents/WP_32_2008.pdf [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]

- Hodgson, Geoffrey M. (1998a). “Evolutionary Economics”. In: John B. Davis; D. Wade Hands; Uskali Maki, *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar
- Hodgson, Geoffrey M. (1998b). “The Approach of Institutional Economics”, *Journal of Economic Literature*, XXXVI
- Hodgson, Geoffrey M. (2000). “What Is the Essence of Institutional Economics?”, *Journal of Economic Issues*, XXXIV(2)
- Hodgson, Geoffrey M. (2002). “The Evolution of Institutions: An Agenda for Future Theoretical Research”, *Constitutional Political Economy*, 13
- Hodgson, Geoffrey M. (2006a). “Institutions, Recessions and Recovery in the Transitional Economies”, *Journal of Economic Issues*, XL(4)
- Hodgson, Geoffrey M. (2006b). “What Are Institutions?”, *Journal of Economic Issues*, XL(1)
- Hodgson, Geoffrey M. (2007). “Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream?”, *Evolutionary and Institutional Economics Review*, 4(1)
- Kolodko, Grzegorz W. (1999). Ten Years of Postsocialist Transition: the Lessons for Policy Reforms, The World Bank Development Economics Research Group [Online]. Disponível em:
<http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-2095>
 [Acedido em 31 de Dezembro de 2011]
- Lavelle, Peter (2005). Russia as an “Energy Superpower”, *Russia Profile* [Online]. Disponível em:
http://russiaprofile.org/experts_panel/a2300.html [Acedido em 14 de Agosto de 2012]
- Lennings, Ann J. (1998). “Veblen, Thorstein”. In: John B. Davis; D. Wade Hands; Uskali Maki, *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar
- Murrell, Peter (1992). “Conservative Political Philosophy and the Strategy of Economic Transition”, *Eastern European Politics and Societies*, 6(1)
- North, Douglass (1991). “Institutions”, *Journal of Economic Perspectives*, 5(1)
- North, Douglass (1994). “Economic Performance Through Time”, *American Economic Review*, 84(3)

- OPEC: OPEC Basket Price [Base de Dados]. Disponível em:
http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm [Acedido em 17 de Julho de 2011]
- Pagé, Jean-Pierre (2011). “Twenty Years of Economic Transition in Russia: Results and Lessons Learned”, *Studies on Russian Economic Development*, 22(4)
- Pinto, Brian; Ulatov, Sergei (2010). Financial Globalization and the Russian Crisis of 1998, The World Bank Europe and Central Asia Region [Online]. Disponível em:
http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSCContentServer/WDSP/IB/2010/05/17/000158349_20100517152914/Rendered/PDF/WPS5312.pdf [Acedido em 31 de Dezembro de 2011]
- Popov, Vladimir (2007). “Shock Therapy versus Gradualism Reconsidered: Lessons from Transition Economies after 15 Years of Reforms”, *Comparative Economic Studies*, 49
- Popov, Vladimir (2010). The Long Road to Normalcy: Where Russia Now Stands, UNU-Wider [Online]. Disponível em:
http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2010/en_GB/wp2010-13/
 [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]
- Rigzone Staff (2011). Analysis: Russia to Develop Untapped Resources, Diversify Export Markets, Rigzone [Online]. Disponível em:
http://www.rigzone.com/news/article.asp?hpf=1&a_id=103284&hmp=1&epslanguage=en [Acedido em 1 de Agosto de 2012]
- Robinson, Neil (1999). “The Global Economy, Reform and Crisis in Russia”, *Review of International Political Economy*, 6(4)
- Rodrik, Dani; Subramanian, Arvind (2008). “The Primacy of Institutions”. In: Giorgio Secondi, *The Development Economics Reader*, pp.79-85, Routledge
- Roland, Gérard (2000). *Transition and Economics: Politics, Markets, and Firms*, New Edition, Massachusetts, MIT Press, 2004
- Roland, Gérard (2001). Ten Years After... Transition and Economics, IMF [Online]. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/staffp/2001/04/pdf/roland.pdf> [Acedido em 18 de Novembro de 2011]

– Roland, Gérard (s.d.). *The Political Economy of Transition*, University of California, Berkeley [Online]. Disponível em:

http://emlab.berkeley.edu/~groland/pubs/polectrans_jpe.pdf [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]

– Ruthford, Michael (1998). “Institutionalism”. In: John B. Davis; D. Wade Hands; Uskali Maki, *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar

– Sachs (2000). *Russia’s Tumultuous Decade: An Insider Remembers*, Washington Monthly [Online]. Disponível em:

<http://www.washingtonmonthly.com/books/2000/0003.sachs.html> [Acedido em 17 de Março de 2012]

– Sachs (2012). *What I did in Russia* [Online]. Disponível em:

<http://jeffsachs.org/2012/03/what-i-did-in-russia/> [Acedido em 17 de Março de 2012]

– Shleifer, Andrei; Treisman, Daniel (2005). “A Normal Country: Russia After Communism”, *Journal of Economic Perspectives*, 19(1)

– Silva, Joaquim Ramos (1997). “Five Years of Reform’s Implementation in the Eastern Countries” In: Backhaus, Jürgen G., Krause, Günter, *Issues in Transformation Theory*, Metropolis-Verlag, Marburg

– Shionoya, Yuchi (1998). “Schumpeterian Evolutionism”. In: John B. Davis; D. Wade Hands; Uskali Maki, *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar

– Speranskaya, T.S. (2009). “Problems of Russian Economic Growth in the Context of the International Financial Crisis”, *Studies on Russian Economic Development*, 20(1)

– Stiglitz, Joseph (2003). *Globalization and its Discontents*, New Edition, Penguin, 2009

– Vasiliev, S.A. (2000). *Overview of Structural Reforms in Russia after 1998 Financial Crisis* [Online]. Disponível em:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/2000/invest/pdf/vasil.pdf> [Acedido em 1 de Janeiro de 2012]

– Williamson, John (1990). “What Washington Means by Policy Reform”. In John Williamson, *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, 2004 [Online]. Disponível em:

<http://www.petersoninstitute.org/publications/papers/paper.cfm?researchid=486>
[Acedido em 2 de Abril de 2012]

– World Bank (2002). *Assisting Russia’s Transition – An Unprecedented Challenge*, World Bank Operations Evaluations Department [Online]. Disponível em:
[http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddolib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/D0FA099B431D98D285256C3100506F48/\\$file/Russia_CAE.pdf](http://lnweb90.worldbank.org/oed/oeddolib.nsf/DocUNIDViewForJavaSearch/D0FA099B431D98D285256C3100506F48/$file/Russia_CAE.pdf) [Acedido em 2 de Abril de 2012]

– World Bank (2005). *Russian Federation From Transition to Development: A Country Economic Memorandum for the Russian Federation* [Online]. Disponível em:
http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2005/06/30/000160016_20050630092211/Rendered/PDF/323080RU.pdf [Acedido em 2 de Abril de 2012]

– World Bank (2011). *Russian Federation – Data and Statistics* [Base de Dados]. Disponível em:
<http://data.worldbank.org/country/russian-federation> [Acedido em 30 de Março de 2012]

– Yevstigneyev, Ruben N.; Voinov, Arkady M. (1994). *Economic Reform and its Interpretations in Russia*, UNU-Wider [Online]. Disponível em:
http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/previous/en_GB/rfa-15/files/82530840770778594/default/RFA15.pdf [Acedido em 1 de Dezembro de 2011]

– Åslund, Anders (1995). *How Russia Became a Market Economy*, Brookings Institution, U.S.

– Åslund, Anders (2009). “Why Market Reform Succeeded and Democracy Failed in Russia”, *Social Research*, 76(1)

– Åslund, Anders (2010). Does Russia Belong in the BRICs?, Financial Times [Online]. Disponível em:
<http://blogs.ft.com/economistsforum/2010/01/does-russia-belong-in-the-brics/#axzz1iEwB2Er2> [Acedido em 31 de Dezembro de 2011]